



4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Edilson Alencar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o no. 31/78, do Senhor Rui Antônio Cruz, Presidente da Comarca de Pérola, encaminhando a esta Casa, fotocópia da Ata da Sessão Solene de Instalação da Comarca de Pérola, realizada no dia 12 do mês próximo passado. - Ao conhecimento da Casa.

Ofício da Câmara Municipal de Cianorte, encaminhando Ata da Sessão Extraordinária, realizada a 11 de dezembro corrente, em cujos termos, oferece denúncia contra o Dr. Francisco Honório Arieta Negrão, atual ocupante do cargo de Prefeito Municipal daquele município. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA LULU, de tradicional família chateaubriense.

Requer, igualmente, que seja dado ciência à família, nas pessoas dos Srs. José Lulu, Otávio Lulu e Jair Lulu, residentes no Bairro Lulu, de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) EDILSON ALENCAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", desta Capital, que em sua edição especial do último dia 19, na promoção de Destaques do Ano de 1978, escolheu o funcionário FAUSTO LUIZ ABRY, atual Diretor Geral deste Poder, como o "Servidor do Ano".

A indicação de um dos integrantes do Quadro de Pessoal deste Legislativo Estadual é, certamente, uma significativa homenagem a todos quantos prestam seus serviços a esta Casa e que têm em Fausto Luiz Abry um colega amigo, dedicado e trabalhador.

Ao longo de seus 32 anos de serviços públicos prestados ao Paraná, tanto no Executivo como no Legislativo, onde ocupou várias e destacadas funções, conduziu-se com equilíbrio e proficuidade constante, merecendo por isso mesmo o destaque que o referido órgão de imprensa lhe outorgou.

Da decisão desta Casa, requer-se outrossim, seja dado conhecimento ao homenageado, bem assim à direção da já referida empresa jornalística.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

Apoio: Nilso Sguarezi — Líder do MDB.

Luiz Roberto Soares — Líder da Arena

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o douto Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos de hoje, do pronunciamento feito pelo General AYRTON PEREIRA TOURINHO, em Brasília, quando deixou a Chefia do D.E.C., e foi transferido para a reserva.

Justifica-se esta solicitação ao fato de que o pronunciamento do General Tourinho, soube ser justo e corajoso, definindo sua posição programática em defesa intransigente do restabelecimento da democracia plena em nosso País.

Requer ainda, que após a aprovação, seja oficiado pela Mesa, à pessoa do homenageado.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja determinado o retorno do Projeto de Lei no. 95/77 às Comissões de Constituição e Justiça para reexame da matéria nele contida, em virtude da manifestação de inconstitucionalidade e ilegalidade apontada pela Secretaria de Estado dos Transportes, através do Ofício no. 602/77, de 16 de novembro de 1977, e protocolado nesta Casa, sob o no. 392/78, e parte integrante do respectivo processo.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A matéria contida no Projeto de Lei no. 95/77, é de interesse público e tem relação direta com a outorga de serviços de transporte coletivo de passageiros intermunicipais no Estado do Paraná, em caráter de concessão, atendidas disposições legais pertinentes, consubstanciadas em Regulamento próprio (Decreto Estadual no. 5246, de 29.03.74), e respeitados princípios

constitucionais, especialmente os dispostos no art. 167 da Constituição Federal.

Como a condução dos assuntos desta natureza é da responsabilidade exclusiva do Poder Concedente, seria de sua competência qualquer alteração fundamental nas regras estabelecidas previamente para a concessão dos serviços, em particular a objeto do Projeto de Lei n.º 95/77, pois provocará a transferência de encargos para outras áreas, com aumento conseqüente de tarifas, atingindo mais de noventa e cinco por cento (95%) dos usuários.

Outrossim, é oportuno destacar-se que a política de tarifas no país é dirigida e controlada exclusivamente pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP, por disposição legal expressa, com respeito integral aos contratos de concessão vigentes.

Assim, face o pronunciamento oficial da Secretaria de Estado dos Transportes, pelo Ofício n.º 602/77, pelo qual deixa claro que a proposição em tramitação nesta Casa feriria dispositivos legais e constitucionais, se impõe o reexame da matéria em deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça, daí porque solicitamos aos ilustres Pares, o apoio e aprovação do presente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente.

Consulta à liderança da Arena sobre se deseja fazer uso do horário reservado à bancada. — (Declina).

Havendo declinado, consulto à liderança do MDB, sobre se deseja fazer uso do horário reservado à sua bancada.

O SR. NILSO SGUAREZI — Falará no horário reservado à liderança do MDB, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Domício Scaramella, acaba de requerer à Casa, um voto de congratulações ao eminente paranaense, Ailton Pereira Tourinho, General de Exército, que está se reformando.

Conforme dizia o editorial do "O Estado de São Paulo" do dia de ontem, não há mais qualquer solenidade militar que os militares não resolvam fazer proselitismo político. Na verdade, sempre na História do Brasil, os militares estiveram presentes na política. E o eminente brasileiro Afonso Arinos, ainda em entrevista na última revista "Veja", diz muito bem de que os militares nunca estiveram dentro dos quartéis, porque muito se fala para que os militares voltem aos quartéis; e o eminente estadista Afonso Arinos, diz, que na verdade, os militares sempre estiveram nas portas dos quartéis até 1964.

Quando necessário, saíam destas portas, intervinham no mundo civil, na política, e voltavam para dentro dos quartéis.

E é ele ainda que afirma que, após 1964, eles saíram definitivamente para fora destas portas.

Falar sobre as conseqüências, seria extemporâneo, já que o objetivo é de homenagear um ilustre patricio, um ilustre conterrâneo, um homem deste Paraná, Paraná tão sem liderança mas, que através deste eminente militar, se pronunciou por uma democracia sem objetivos.

Realmente, é altamente importante que o nosso General de Exército, ao se despedir, tenha falado em plena democracia. E também é altamente sintomático, Srs. Deputados, que talvez pela primeira vez, nestes últimos anos, esta despedida deste General não tenha ocorrido com a presença do Ministro do Exército. É altamente sintomático que na despedida do ilustre paranaense, lá não estivesse o Ministro do Exército. Querendo levantar a ponta do pano do palco que cobre o fundo do sistema que aí está, parece que vislumbramos no General Tourinho, aquilo que o brasileiro quer, a devolução do poder ao civil. E, numa das passagens do seu discurso, o General Tourinho diz: — É hora de os militares voltarem para os quartéis.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e eminente

Deputado Domício Scaramella, que eu venho a esta tribuna para me solidarizar com o vosso voto de solidariedade e, mais do que isso, dizer que ao Paraná, as palavras do General Tourinho, estão revelando o verdadeiro democrata.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria, que enquadra o Prefeito de Paraíso do Norte, no Decreto-Lei número 201. Para este requerimento, há um outro requerimento aprovado por esta Casa, que considera matéria de urgência. Fui informado de que este processo já se encontra na Presidência da Comissão de Justiça. Eu requeiro que V. Ex.^a se digne incluí-lo na Ordem do Dia da próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendendo ao Deputado Waldenício Barbalho, em relação ao requerimento de preferência ao requerimento que foi encaminhado à CCJ, esta Presidência determina à Assessoria que providencie a baixada do requerimento a esta Mesa, para ver se o mesmo tem condições de ser colocado na Ordem do Dia da sessão de terça-feira. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 89/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 36/78, ex-Proposição no. 122/78, aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Diamante do Norte, visando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 91/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 51/78, ex-Proposição no. 155/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura de Cornélio Procopio, visando a execução de serviços de pavimentação e obras complementares no aeroporto do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 100/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 32/78, ex-Proposição no. 176/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços voltados ao desenvolvimento do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 109/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 49/78, ex-Proposição no. 153/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Arapongas, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 114/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 64/78, ex-Proposição no. 178/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Curitiba, com interveniência da URBS, objetivando alocação de

recursos para implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 115/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 70/78, ex-Proposição no. 194/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Grandes Rios, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 116/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 71/78, ex-Proposição no. 195/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 132/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 02/78, ex-Proposição no. 65/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Jaguariaíva, objetivando execução de obras de reparos nos prédios das Escolas Olavo Bilac e Nilo Peçanha. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 204/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 335/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Colorado, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 205/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 343/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Assaí, objetivando a execução de reparos no prédio do Colégio Estadual Conselheiro Carrão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 206/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 344/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Japira, objetivando a execução de reparos no prédio do Colégio Comercial Mal. Arthur da Costa e Silva. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 207/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 345/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Uniflor, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Padre José de Anchieta. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 208/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 346/78, aprova convênio celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Itambaracá, objetivando reparos nos prédios onde funcionam diversos Grupos Escolares e a Cadeia Pública. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 209/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 347/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guapirama, objetivando a execução de reparos no prédio do Posto de Saúde e do Grupo Escolar David Carneiro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 210/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 348/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Ribeirão do Pinhal, objetivando a execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar Marcelino Nogueira e da Unidade Sanitária local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 211/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 349/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Laranjeiras do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio do Ginásio Estadual da sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 212/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 350/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Salto do Itararé, objetivando a execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares José Eugênio de Carvalho e Delfim Fragozo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 213/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 351/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Jorge do Ivaí, objetivando a execução de reparos nos prédios do Grupo Escolar Márcia Vaz Tosta de Abreu e da Casa Escolar D. Pedro II. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 214/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 352/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Marialva, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Olavo Bilac. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 215/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 353/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando a execução de reparos no prédio da Escola Clóvis Beviláqua. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

dade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 216/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 354/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Lupionópolis, objetivando a execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino localizados em (Água da Fé, Água da Paca, Água da Anta, Água Fazenda Jangada, Água Fazenda São Paulo e Fazenda Castoldi), naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 217/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 355/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Inácio Martins, objetivando a execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Luiz Schleder. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 218/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 356/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Enéas Marques, objetivando a execução de reparos no prédio das 8 Escolas Estaduais Rurais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 219/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 85/78, ex-Proposição no. 358/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaiaraçá, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 221/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 90/78, ex-Proposição no. 363/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Aliança do Ivaí, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 222/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 364/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cianorte, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 223/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 369/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 224/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 378/78, aprova convênio celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Reserva, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundepar, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 225/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 385/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Toledo, com interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 226/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 386/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Matelândia, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da EMOPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Oeste do Paraná - PRODOPAR. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 227/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 99/78, ex-Proposição no. 387/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Catanduvas, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PRODOPAR. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 230/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 02/78, ex-Proposição no. 59/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Arapongas, objetivando a execução de obras em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino, naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 231/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 02/78, ex-Proposição no. 66/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Arapongas, objetivando execução de obras em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de Ensino e no prédio da Delegacia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 240/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 17/78, ex-Proposição no. 102/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Francisco Alves, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 254/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 339/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Quinta do Sol, objetivando

reparos em prédios onde funcionam o Ginásio Estadual São Judas Tadeu e o Grupo Escolar Quinta do Sol. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 255/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 340/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Céu Azul, objetivando reparos em prédio onde funciona o Grupo Escolar Vital Brasil. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 256/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 341/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Jardim Olinda, objetivando reparos em prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 257/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 93/78, ex-Proposição no. 342/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Realeza, objetivando reparos em prédios onde funcionam os Grupos Escolares Independência e Doze de Dezembro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 258/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 365/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Irandubá, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 259/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 366/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Janiópolis, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 260/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 91/78, ex-Proposição no. 368/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 263/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 375/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araruna, com interveniência de órgãos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 264/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 376/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Goioerê, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pare-

ceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 265/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 97/78, ex-Proposição no. 377/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, com interveniência de órgãos e objetivos que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 269/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 100/78, ex-Proposição no. 390/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação da COMEC, e o Município de Contenda, visando realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 270/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 100/78, ex-Proposição no. 391/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da COMEC e o Município de Araucária, visando realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 278/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 405/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, objetivando estudos e projetos, para realização de obras e serviços de interesse metropolitano inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 279/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 406/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Contenda, objetivando estudos e projetos para realização de obras e serviços de interesse metropolitano inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 280/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 101/78, ex-Proposição no. 407/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraguara, objetivando estudos e projetos, para realização de obras e serviços de interesse metropolitano inclusive planejamento integrado de uso do solo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 281/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 103/78, ex-Proposição no. 409/78, aprova convênios de Auxílios e Cooperação celebrados entre o Governo do Estado do Paraná com os municípios aqui nominados e interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 282/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no.

104/78, ex-Proposição no. 410/78, aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversos municípios paranaenses, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede dos mesmos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 189/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 133/78, que objetiva a criação de cargos que especifica, na Junta Comercial do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 190/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 134/78, que objetiva reajustar os valores constantes das Tabelas integrantes da Lei no. 6972, de 30.12.77, que dispõe sobre a Taxa de Segurança Pública. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 196/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 139/78, que objetiva reestruturar o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 199/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 149/78, que objetiva dar nova redação ao parágrafo 1.º, do artigo 22, da Lei no. 6417, de 03.07.73, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado. Com Substitutivo Geral da C.C.J. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., na forma do Substitutivo. E Emenda da C.F., por unanimidade. — **Aprovado o Substitutivo Geral e Emenda, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 200/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 150/78, que objetiva dar nova redação ao "caput" do artigo 87, da Lei Complementar no. 3, de 14.05.74, (Estatuto da Polícia Civil do Estado). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.P. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 201/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 151/78, que fixa, a partir de 1.01.79, novos valores de Vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade, com Emendas da C.F., por unanimidade e da C.R.H., por maioria.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Emenda Substitutiva ao Art. 9º do Projeto de Lei n.º 201/78

O Art. 9.º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º — Ficam enquadrados no Grupo Ocupacional MPE-200, série de Classe "E", "D" e "C", nos termos dos anexos IB e IIB, da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, Código 202, os atuais 72 (setenta e dois) ocupantes do cargo de Orientador Educacional, atendido os respectivos níveis de formação, e no Código 205 os atuais 07 (sete) ocupantes do cargo de Técnico de Educação.

§ 1.º — Os atuais ocupantes de cargos de Orientador Educacional, que não preencham os níveis de formação exigidos pela Lei Complementar n.º 07/77, perceberão vencimentos do Grupo Ocupacional MPE-200, Série de Classe "C" - Código 202.

§ 2.º — Ficam ressalvados, quanto à aplicação do disposto neste artigo e no seu parágrafo primeiro, os direitos adquiri-

dos pelo Servidor quanto aos vencimentos que estiver percebendo atualmente."

Sala das Comissões, em 20 de dezembro de 1978.

(a) Deni Schwartz

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda ao Projeto de Lei n.º 201/78

Inclua-se onde couber:

"Art. — O parágrafo terceiro do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 140 —

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — Se nas condições do inciso III, deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar com a simbologia estabelecida para os cargos em Comissão do Poder Executivo, poderá o funcionário aposentar-se com as vantagens do de maior símbolo. Nas mesmas condições, igual benefício será assegurado pelo exercício de cargo Diretivo ou Eletivo de órgãos da Administração Indireta, definidos pela Lei n.º 6.636, de 29/11/74, aplicando-se nestes casos, o valor e vantagens do maior símbolo do cargo em comissão do Poder Executivo."

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério — Presidente e Relator

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, não sei se estão com V. Ex.ª 4 emendas de minha autoria que buscam apenas o aperfeiçoamento do projeto inicial.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Lessias) — Sobre a mesa existem emendas de autoria dos Srs. Deputados: Ezequias Losso (2), Fabiano Braga Côrtes e Paulo Camargo.

E, agora, a Presidência acaba de receber, e dá ciência ao Plenário das emendas apresentadas pelo Sr. Deputado Fidelcino Tolentino (4) e uma emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério.

As emendas são as seguintes:

"EMENDA N.º 1

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Acrescente-se onde convier:

Art. — Os atuais funcionários que contem com mais de 35 anos de serviço público, por ocasião da aposentadoria terão direito a incorporar a gratificação por serviços extraordinários se os prestarem em, pelo menos, 30 meses.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) Ezequias Losso

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa reconhecer o trabalho dedicado de antigos funcionários, já com mais de 35 anos de efetivo exercício, diminuindo em seis meses o tempo previsto pelo Estatuto dos Funcionários Públicos.

Outrossim, de sua aplicação não haverá maior despesa considerando que somente os atuais funcionários seriam beneficiados.

EMENDA N.º 2

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Inclua-se no art. 6, Simbologia D.A.S. - 5, a expressão: "Os Chefes dos Grupos Setoriais".

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) Ezequias Losso

Apoio: Gabriel Manoel, Paulo Camargo e Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora propomos visa estender a nova simbologia aos Chefes de Grupos Setoriais na Simbologia D.A.S.-5, eis que ainda não foram atualizados, embora ocupantes de cargos de Assessoria Superior.

EMENDA N.º 3

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Inclua-se onde couber:

"Art. — Os atuais Inspectores Regionais de Ensino, os Inspectores de 1.º e 2.º grau, receberão vencimentos correspondentes à simbologia 2-C, 3-C e 4-C, respectivamente.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

Apoio: Ezequias Losso

EMENDA N.º 4

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Substitua-se o artigo 6.º pela seguinte redação:

"Art. 6.º — Ficam incluídos na simbologia de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, criada pela Lei n.º 6.996, de 12 de abril de 1978, os cargos adiante discriminados, assegurados os direitos adquiridos de seus atuais ocupantes:

NO SÍMBOLO DAS-2:

Diretor Superintendente da SUCEPAR, Diretor Superintendente da ARH e Diretor Superintendente do Serviço de Loteria.

NO SÍMBOLO DAS-4:

Diretores Técnico e Regional da SUCEPAR e Diretores Administrativo e Gerente do Serviço de Loteria.

NO SÍMBOLO DAS-5:

Chefe de Gabinete do Vice-Governador, Diretor do Colégio Estadual do Paraná, Diretor da Diretoria de Assuntos Culturais da SEEC, Chefes do Centro Regional de Manutenção do DER, 3 (três) Assessores Símbolo 1-C da Casa Civil com atribuição de Assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo e Secretário da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

Parágrafo único — Os funcionários que não optaram pela classificação de cargos de que trata a Lei n.º 7.031, de 15 de setembro de 1978, permanecerão na situação anterior, passando a integrar o Quadro Suplementar, assegurando-se aos mesmos, bem como àqueles postos em disponibilidade em decorrência da extinção ou desnecessidade dos cargos que ocupavam, o direito a aposentadoria por tempo de serviço proporcional, desde que contem, ou venham a contar com 10 (dez) anos de serviço, no mínimo, computados na forma da legislação em vigor.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) Paulo Camargo

Apoio: Gabriel Manoel, Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

Devemos considerar que o Serviço de Loteria é mantido com recursos próprios, sem qualquer ônus para o Estado, destinando, ainda, todo o seu lucro para o FIDES.

Outro fator importante, é que a emenda proposta não acarretará qualquer aumento de despesa para o Estado, pois, de conformidade com o disposto no § 4.º, do art. 10, da Lei n.º 4.959, de 16 de novembro de 1964, o Serviço de Loteria está obrigado a indenizar ao Estado, fazendo recolher mensalmente ao Tesouro, quantia equivalente aos vencimentos pagos aos seus Diretores. Daí sua constitucionalidade.

Por outro lado, se este artigo corrige omissão parcial verificada na Lei n.º 7.031/78, esclarecendo que a simbologia de cargo de Secretário da Presidência do Tribunal de Justiça é D.A.S.-5, também deixou de corrigir aquela que se refere ao direito de opção na classificação de cargos por ela procedida.

Tomando por base o disposto no artigo 7.º e seu parágrafo único, do Projeto de Lei n.º 198/78 (LEI DOS ENGENHEIROS) ora em tramitação nesta Casa, que assegura àqueles que não optarem pelos novos cargos, o direito de permanecer no cargo anterior, tudo de conformidade com explanação do Ex.º Sr. Governador do Estado, na Mensagem n.º 148/78, enviada para esta Casa, em 05 do corrente, bem como em razão da existência de pacto já formalizado anteriormente

entre as lideranças de ambos os partidos no sentido da aprovação de dispositivo prevendo o direito de opção, pois, na oportunidade em que tramitou por esta Assembléia o Plano de Lei que tratava da criação da carreira de Assistente Jurídico no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, foi acertado que as emendas não seriam apresentadas naquela ocasião, a fim de não retardar a sua aprovação.

Para ilustração, transcrevemos na íntegra, o texto do parágrafo único do artigo 7.º, do Projeto de Lei n.º 198/78:

"Art. 7.º —

Parágrafo único — Os que não optarem, permanecerão na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro Único do Pessoal Civil do Estado."

Acrescente-se a esse fato, que a Lei Complementar n.º 29, à Constituição do Brasil, datada de 5 de julho de 1976, que serve de suporte legal à presente emenda, tem a seguinte súmula:

"Permite aposentadoria voluntária, nas condições em que especifica, aos funcionários incluídos em Quadro Suplementares ou postos em disponibilidade."

Pretendemos, portanto, apenas estabelecer condições análogas à legislação federal, a fim de sanar omissão verificada em relação aos nossos servidores, em decorrência da nova classificação de cargos.

EMENDA N.º 5

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Suprima-se as Tabelas IX e X, do Anexo I.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério

Apoio: Lázaro Dumont, Egon Pudell, Otássio Pereira, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Waldenício Barbalho, Paulo Camargo, Maurício Fruet.

JUSTIFICATIVA:

As tabelas referidas dizem respeito a vencimentos fixados, no projeto de aumento do funcionalismo público, e que estão disciplinados na proposta de reestruturação do Quadro da Secretaria deste Poder.

EMENDA n.º 6

De Plenário do Projeto de Lei n.º 201/78

Acrescente-se, na Tabela VII, do Anexo I, que trata do Poder Judiciário:

PARTE SUPLEMENTAR

	VALOR
Assessor de Imóveis	18.372,00
Médico	18.372,00
Assessor Jurídico	18.928,00
Assistente	18.928,00

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

Apoio: Domício Scaramella, Accioly Neto, Augusto Carneiro e Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.031/78, criou a nova carreira de Assistente Jurídico, mas não extinguiu alguns cargos de Assessor Jurídico e de Assistente, bem como deixou de dar tratamento igual aos inativos.

A fixação em tela virá apenas dar solução a esse pequeno problema, baseada no princípio da equidade.

EMENDA N.º 7

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Substitua-se o artigo 2.º pela seguinte redação:

"Art. 2.º — A Gratificação de Produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6.569, de 25 de junho de 1974, 6.593, de 15 de agosto de 1974, 6.641, de 04 de dezembro de 1974, 6.787, de 31 de maio de 1976 e 7.066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em 40% (quarenta por cento), a partir de 1.º de janei-

ro de 1979, desprezando-se as frações de cruzeiro".

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO —

Accioly Neto, Domício Scaramella, Augusto Carneiro, Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

A mensagem pela qual foi encaminhado o presente projeto de lei, data de 5 de dezembro de 1978.

Após essa data, o Chefe do Poder Executivo sancionou a Lei n.º 7.066/78, publicada no Diário Oficial n.º 44, de 11 de dezembro, a qual, em seu artigo 4.º, fixa gratificação de produtividade para a carreira de "Redator" do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

A presente emenda tem por objetivo sanar a omissão involuntária verificada neste plano de lei.

EMENDA N.º 8

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Suprima-se, do Anexo III, as colunas onde se lê:

"DIREÇÃO

... e 2-F

... e 2-F

... e 2-F

... a 5-F

... a 5-F

... a 6-F

SECRETARIA

... e 4-F

... e 4-F

... e 4-F

... a 7-F

... a 7-F

... a 8-F."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO —

Accioly Neto, Domício Scaramella e Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Essa emenda vem complementar aquela que apresentamos no sentido de suprimir-se do artigo 10 as expressões "... obedecido o critério do número de alunos a ser determinado pela SEEC".

A fixação, por antecipação, de uma função gratificada que não será regulamentada ao menos por Decreto, mas, através de critério emanado de uma Secretaria de Estado, como já dissemos, parece-nos inconstitucional e foge completamente ao bom senso das normas de direito administrativo que regem a matéria.

EMENDA N.º 9

De Plenário ao Projeto de Lei n.º 201/78

Suprima-se do artigo 10, as expressões:

"... obedecido o critério do número de alunos a ser determinado pela SEEC."

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

APOIAMENTO—

Domício Scaramella, Accioly Neto, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

É inconstitucional.

Não se pode fixar, por antecipação, uma função gratificada que não será regulamentada ao menos por Decreto, mas através de critério emanado de uma Secretaria de Estado".

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Além de outras emendas que foram apresentadas, digo, propostas, na 2a. discussão do Projeto de Lei 201/78, que visa a concessão do aumento ao funcionalismo público do Paraná, cujo teor este Deputado ainda não tomou conhecimento, entretanto, como é de nosso costume apreciar com muito critério e com muito cuidado a matéria relativa ao funcionalismo público, nos acudiu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e nos despertou a atenção, vários aspectos relativos às articula-

ções que vêm na Mensagem, através do anteprojeto. Uma delas, se trata do problema do Magistério e especificamente a questão da remuneração de cargos de Direção.

Na Mensagem, os cargos de Direção e Secretaria, especificam variações de níveis salariais, de acordo com um critério que seria ou será ou possivelmente possa ser adotado pela Secretaria, e buscando, no nosso modesto conhecimento, e também, vislumbrando na prática, determinadas distorções na objetividade da aplicação desta metodologia, foi que nós entendemos a viabilidade de propor a seguinte emenda:

"Nos cargos de Direção em que as funções gratificadas têm esta variante. Esta emenda vem complementar aquela que apresentamos, no sentido de suprimir-se o Artigo 10. Desse Artigo 10, as expressões: — obedecido o critério do número de alunos, a ser determinado pela SEEC. E esta: — Suprima-se o Artigo 10 com as expressões: "obedecido o critério do número de alunos a ser determinado pela SEEC".

Esta é uma fórmula no nosso entender, inconstitucional.

Não se pode fixar por antecipação, Senhores Deputados, uma função gratificada que não será regulamentada ao menos por decreto, ou que o anteprojeto, ou que o projeto não vise, não fixe esta determinação, deixando claro que esta mobilização do preceito possa ser regulamentada através de um Decreto, mas através, como diz o projeto original, de critério emanado de uma Secretaria de Estado.

Isto foge à competência da Secretaria e é justamente com o critério técnico de buscar uma estrutura deste processo legislativo, estribada no princípio constitucional, foi que nós formulamos esta emenda que tem o caráter eminentemente técnico e ela, naturalmente, vem se enquadrar, vem se interligar, com esta que eu estava renunciando e que visa a fixação, por antecipação de função, gratificada, que aliás, não será regulamentada ao menos por decreto, e é com este objetivo que nós estamos propondo estas emendas, mas através desse critério da Secretaria, ela se torna flagrantemente inconstitucional.

É verdade que neste país, a maneira de se legislar, tem distanciado diametralmente do sistema de critério técnico-constitucional.

Não se pode levantar, hoje no Brasil, um parâmetro que se diga equânime com o princípio constitucional, porque, primeiro, nós não temos uma Constituição arrimada na doutrina constitucionalista. É uma Constituição baseada num regime de exceção e que nós não vamos aqui discursar e nem discorrer sobre este fenômeno na legislação brasileira.

Entretanto, está proposta com este critério, e também porque os cargos de Direção, fixando-se na forma do projeto original, da margem a que a Secretaria manipule com esta diferenciação salarial para um e outro cargo, e aí surge então, o protecionismo a uns e outros, e a lei tem que ter um critério geral. São essas duas emendas, a que visa suprimir o índice menor na fixação dos cargos em direção, do valor de vencimentos dos cargos de direção e, a outra que se interliga com essa, para evitar, naturalmente, a estranheza ou a falta de objetividade do texto do artigo 10.

A emenda que se refere ao art. 20., visa, também, ajustar o problema da gratificação de produtividade instituída por diversas leis que já foram lidas por S. Ex.ª, o Presidente; mas, após a Mensagem do aumento ser encaminhada a este Poder, já dois dias após, o Diário Oficial do Estado anunciava, ou publicava uma lei-que tinha sido aprovada dias antes por este Poder, também e por força desta lei de aumento, da Mensagem do Projeto 201, aqueles servidores abarcados, previstos, enquadrados nesta lei, não teriam o benefício da lei do aumento o que seria, naturalmente, uma injustiça e, por certo esta emenda vem acudir, tempestivamente, àqueles servidores. Então, após a remessa do projeto, o Governo sancionou a Lei

7066, publicada sob o no. 44 do Diário Oficial do dia 11, a qual em seu art. 4o. fixa gratificação de produtividade para a carreira de redator do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário. Esta emenda tem por objetivo, unicamente, sanar a omissão involuntária que nós buscamos, enxergamos e vimos no projeto de aumento.

A outra, é relativa à parte suplementar do Poder Judiciário que não foi prevista na lei de aumento, de maneira que não se pode deixar alguns servidores, mesmo fazendo parte do Quadro Suplementar, não se pode deixar de elevar os vencimentos, de propor, também, os quarenta por cento de aumento nos seus vencimentos; e não é por ser suplementar que ele se diferencia dos outros servidores do Estado e esta proposição tem base fundamental no critério de justiça e eu creio, até, que a Assessoria do Governador do Estado não observou, ou por inadvertência deixou de consignar na própria lei de aumento. Então, a Lei 7031, criou a nova carreira de assistente jurídico mas não extinguiu alguns cargos de assessor jurídico e de assistente, bem como, deixou de dar tratamento igual aos inativos. A fixação prevista nesta emenda, trará, apenas, uma solução para este problema que é pequeno, são quatro cargos apenas mas, que eles existem, estão com lotação e os servidores estão aí a prestar os seus serviços ao Estado e precisam, também, da disciplina desta lei, desta Mensagem, e é com este objetivo que eu apresentei essas quatro emendas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em discussão o Projeto de Lei no. 201/78.

Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, não sei se ouvi bem, mas esta Presidência parece-me, deixou de anunciar, quando leu a súmula dos pareceres, deixou de anunciar uma das emendas apresentadas na Comissão de Recursos Humanos e aprovada naquela Comissão por maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — V. Ex.^a tem toda a razão. Atendendo questão de ordem do Sr. Deputado Deni Schwartz, com referência à emenda proposta pela Comissão de Recursos Humanos. (Lê): Emenda Substitutiva ao artigo 9o. do Projeto de Lei no. 201/78 —

(Lê a emenda)

Em votação.—

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar à votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — O Deputado Gilberto Carvalho talvez sane o problema, e se ele quiser fazer uso da palavra, pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu sei que tem prioridade o autor da emenda. Eu ia encaminhar a votação dessa emenda, mas como ele pediu ele tem a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra então ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente eu venho à tribuna com um problema muito sério, porque neste País onde se pisa, no dizer do nobre Deputado Muggiati Filho, onde se pisa a Constituição, porque não se pisar em leis estaduais?

Mas gostaria até para corroborar as palavras do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, dizer e reafirmar, desta tribuna, que a educação no Paraná está num verdadeiro caos, como, diga-se de passagem, toda a educação brasileira.

E para, Srs. Deputados, aumentar a confusão, o Governo que tem nesses últimos anos, sido useiro e vezeiro a não res-

peitar o processo legislativo, usou de um meio que, para mim não é um meio justo e não é um meio legal, de trazer a esta Assembléia, um problema residual da Secretaria de Educação. O governo usou de um projeto de lei, concedendo aumento para funcionários, para ilegalmente, porque se houver um será considerada ilegal, pois que a legislação não permite que se faça qualquer nomeação, que se faça qualquer provimento entre o dia 15 de agosto e o dia 15 de março. E infelizmente, sem o respeito ao processo legislativo, se insere numa simples lei de aumento de vencimentos, se insere um remanejamento, uma readaptação, uma verdadeira readaptação de funcionários.

Por isso, não só esta lei, mas praticamente todas as leis mandadas neste período extraordinário, estão inquinadas da ilegalidade, prevista na Lei de 25 de maio que regulamentou as eleições deste ano. É importante que se diga isso: porque enquanto as leis das eleições anteriores, sempre fazia ressalva da nomeação do Quadro de Pessoal do Magistério, este ano nem a isso, teve o cuidado o legislador.

Sobre nós, paira uma grande dúvida: se todas as leis que tratam de funcionários e que estão passando nesta Casa, não são ilegais.

Por isso, a grande responsabilidade do Poder Executivo ao não saber elaborar o processo legislativo, e ao não atender os mínimos requisitos para tal fato.

Srs. Deputados: o artigo 9o, ao qual apresentei emenda, diz em síntese o seguinte:

“Enquadra os assistentes de Educação em número de nove, se não me falha a memória, os Técnicos em Educação e os Orientadores Educacionais em número de 72, no mais alto nível do Quadro do Estatuto do Magistério aprovado por esta Assembléia”.

Em princípio, chamamos à atenção do fato deste artigo ser inserido, repito, numa simples mensagem de aumento do funcionário. A seguir, ficamos na dúvida, e consultando o Estatuto do Magistério, se todos aqueles funcionários poderiam ser enquadrados e cumpriam as disposições do Estatuto do Magistério. E qual não foi a nossa surpresa, e eu me permitirei a mostrar aos ilustres Deputados, algumas leis, qual não foi minha surpresa, ao descobrir que pelo Artigo 12 da Lei 5.957 que dispõe sobre o Quadro do Magistério, de 1968, já os assistentes de Educação, foram colocados num quadro suplementar. Assistentes de Educação que agora voltam à tona, pois já em 1968 pelo Artigo 12o, pelo Artigo 12, da Lei citada, Lei 5.957, e retifico, é do dia 20 de junho de 1969, o Artigo 12 diz o seguinte: “Ficam ainda extintos, ao vagarem, os cargos da classe de assistentes de educação, cujos ocupantes, até que se complete a extinção, perceberão vencimentos fixados no nível 12.”

Agora o Executivo pretende, a Secretaria de Educação pretende, que estes assistentes de educação sejam enquadrados no novo Estatuto do Magistério no nível mais elevado previsto no Estatuto.

Se já em 1969, o assistente de educação era considerado um quadro em extinção, se o Estatuto do Magistério atual não previu assistentes de educação, eu fico a perguntar, qual a razão de não mantê-lo lá naquele quadro em extinção? Daí uma das razões de nossa emenda.

Em segundo lugar, também o artigo 9o. prevê o enquadramento dos técnicos de educação. Nós, sem sabermos se estes técnicos em educação preenchem ou não os requisitos do Estatuto do Magistério, na nossa emenda mantivemos esta pretensão, pois que pelo antigo enquadramento, os técnicos em educação eram classificados, enquadrados nos níveis 25 a 27, os mais altos padrões daquela Secretaria, donde, se pressupõe, que sejam pessoas altamente qualificadas, não havendo porque não serem realmente qualificadas como planejadores de ensino do novo Estatuto.

Restam os 72 (setenta e dois) orientadores educacionais.

A carreira de orientador educacional, tem também, digamos assim, uma longa carreira a demonstrar, mais do que nunca, a desorganização do nosso ensino. Já na Lei de Diretrizes e Bases, de 20 de dezembro de 1961, é bom que se vejam as datas, para que também se procurem os responsáveis pela atual situação, em 1961, na lei citada, o artigo 63, daquela Lei Federal, diz o seguinte: "Nas faculdades de Filosofia será criado, — vejam bem, para formação de orientadores de educação, do ensino médio, curso especial a que terão acesso licenciados de Pedagogia, Filosofia, Psicologia, ou Ciências Sociais, bem como os diplomados em Educação Física, pelas Escolas Superiores em Educação Física, e os Inspectores Federais de Ensino, todos com estágio mínimo de três anos de magistério".

Este artigo revela a importância que já na Lei de Diretrizes e Bases de 1961 se dava ao Orientador Educacional. Seu artigo 64 diz o seguinte: "Os orientadores de educação, do ensino primário, serão formados nos Institutos de Educação, em curso especial, a que terão acesso os diplomados em escolas normais, de grau colegial, e em institutos de educação com estágio mínimo de três anos de magistério."

É muito importante este artigo 64, porque casa com grande parte dos 72 atuais orientadores, que foram formados em institutos de educação, com aperfeiçoamento.

Já no Estatuto do Magistério anterior, aqui do nosso Estado, lei 5871, de 6 de novembro de 1968, também era prevista a situação do orientador educacional. Seu artigo 4o. diz o seguinte: "Pertence ao pessoal técnico o professor que, de forma permanente e direta, supervisiona e orienta o ensino do pessoal docente e administração, tendo em vista recomendações de Pedagogia e demais ciências de Educação."

"Exige-se, como requisito preliminar e indispensável, a habilitação e qualificação estabelecidas nas leis federais e estaduais por exercício do cargo do professor. Parágrafo único, para o exercício do quadro próprio de pessoal técnico, exige-se como requisito preliminar e indispensável, diploma de conclusão de curso superior específico de Pedagogia ou de Educação. Vejam, Srs. Deputados, que já o legislador em 1968, quando da elaboração do Estatuto do Magistério, nesse parágrafo único, insistiu com a necessidade de que o orientador, que o pessoal técnico em educação, tivesse como condição preliminar e indispensável, diploma de conclusão de curso superior específico, de pedagogia ou de educação.

Demonstra a importância que pretendeu dar o legislador, para o orientador educacional. Na Lei 5.957, que dispôs o quadro próprio do magistério, criado pelo estatuto do magistério, o legislador previu para o cargo de orientação educacional, enquadrados nos níveis 23 a 25, apenas doze cargos. Portanto, até 1968, data desta lei, a previsão era de doze cargos apenas para orientação educacional.

Mas, como nem a Constituição se respeita neste País, nem o Estatuto foi regulamentado, não foi não entrou, não foi utilizado.

A lei, foi uma lei morta. Na lei de Reforma do Ensino, Lei 5.692, de 11 de 8 de 71, nós temos seu artigo 33: "A formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação, será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta ou de pós-graduação.

No artigo 34, a Lei da Reforma de Ensino, diz o seguinte: "A admissão de professores e especialistas de ensino oficial do primeiro e segundo graus, far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecido para a inscrição, as exigências de formação constantes desta lei.

E no artigo 39: "Os sistemas de ensino devem fixar a remuneração de professores e especialistas de ensino de primeiro e segundo graus, tendo em vista maior qualificação em cursos e estágios de formação, aperfeiçoamento e especia-

lização, sem distinção de grau de escolaridades em que atue".

Senhores Deputados, estou lendo as leis federais e as leis estaduais, para demonstrar a importância que o legislador e o que elaborou a lei, deu ou pretendeu dar ao orientador de ensino.

Também na lei que esta legislatura aprovou, a Lei Complementar número 7, que estatui o estatuto do Magistério, também foram previstas para o pessoal especialista em educação, níveis e exigências, quanto ao seu nível de formação.

Tenho parecido um algoz com esta minha emenda, um algoz dos Srs. Professores, ou dos Srs. Orientadores Educacionais. Na verdade este legislador pretende apenas dar valor à categoria profissional de orientador educacional. E se vê numa situação muito difícil, porque ao apresentar a emenda pretendeu, 1.º — que aqueles orientadores profissionais com licenciatura plena fossem classificados como manda o Estatuto do Magistério. Aqueles com licenciatura curta, no devido local e com o devido nível de classe, como o Estatuto do Magistério dispõe. E teve inclusive a preocupação por saber que um bom número de orientadores educacionais no Paraná não têm sequer uma faculdade. Foram profissionais formados pelo antigo sistema da Lei de Diretrizes e Bases, isto é, fazendo Instituto de Educação, mais dois anos de aperfeiçoamento. Essa emenda prevê para estes também uma classificação junto ao nível C.

E, preocupado com os orientadores que poderiam ter seus níveis salariais rebaixados, inclusive § 2o., propõe-se que não poderia deixar de ser feito, por pertencer mesmo a uma lei maior, — propõe que não haja prejuízo de vencimentos.

Senhores Deputados, quando nós vemos o nosso Estado também pisar no Estatuto do Magistério; quando sabemos que esse Estatuto do Magistério já foi pisado uma vez, que para acertar uma situação anômala na Secretaria, já professores sem o nível de formação necessária, foram classificados em níveis acima de sua formação, ficamos numa dúvida tremenda, se não estaríamos praticando uma injustiça para com esses profissionais que ora estão sendo enquadrados.

O importante dessa nossa presença na tribuna, pretende ser no sentido de mostrar o casuismo em que vivemos. Faz-se um Estatuto e não se cumpre. Já não se cumpriu. Agora, 72 pessoas talvez possam até ser prejudicadas por esse casuismo.

O Governo estabelece concurso de promoção já, diga-se de passagem, também desrespeitando o Estatuto, uma vez que o Estatuto prevê a presença de pessoas formadas, inclusive com licenciatura plena, nas salas de aula das primeiras, segunda, terceira e quarta-séries. Mas, o que sabemos é que, por uma questão de economia, pretende-se, através desse concurso, que também, diga-se de passagem, será realizado em época não oportuna, e, ilegalmente, porque até o dia 15 de março não se poderia realizar concurso no Estado, nós iremos desfalcas as nossas escolas primárias, e iremos introduzir nas nossas escolas de ensino médio — para usar a linguagem antiga — professores, praticamente viciados ou acostumados em dar aulas polivalentes.

Os suplementaristas, ficarão, repito, no limbo, porque não saberão se terão ou não aulas.

A promessa que foi feita quando do Congresso de professores, de estabilidade aos dez anos, também cai por terra, porque não se sabe quando ela virá; sabe-se que virá depois do concurso. Primeiro deveriam dar estabilidade conforme o prometido, e o sabemos que está sendo estudado isto, aos suplementaristas, para então, saber quantas vagas restariam para o concurso.

É mais um aspecto do caos que se encontra na nossa educação.

Os senhores viram que, pela lei do Estatuto do Magistério anterior, eram previstas doze vagas para orientadores educacionais. O Paraná, agora, se apresenta com setenta e duas pessoas, inclusive muitas nomeadas em 1972, após os Srs. ilustres,

Deputados terem aprovado aquele Estatuto do Magistério!

De que adianta esta Casa, meus Senhores, se as leis não são respeitadas?

De que adiantam as leis, de que adianta o povo paranaense pagar os seus Deputados, os seus Legisladores, se depois nós não podemos, sequer, fiscalizar as leis?

Se depois somos, e com justa causa — diga-se de passagem — coagidos por professores que foram esquecidos e afica uma outra grande pergunta: quais são os Técnicos de Educação, neste Estado, que chegaram a esquecer, inclusive, de sua própria profissão dentro do Estatuto do Magistério?

Qual a razão de, no Estatuto do Magistério, já não ter vindo a previsão da situação dessas setenta e duas pessoas, que, hoje pleiteiam os seus direitos?

Mas, a verdade é outra. A verdade, Srs. Deputados, é que, infelizmente, num país onde vige a ditadura, se procura coagir, se procura, antes de mais nada, deixar o povo tímido, acovardado.

E isto também ocorreu com os professores deste Estado.

É muito difícil ter de admitir que, na Terra das Araucárias, tenha ocorrido isso!

Setenta e dois Srs. Educadores Educacionais, quando as vagas eram 12!

Culpa não cabe ao atual Secretário. Mas, porque não veio uma lei de enquadramento desses cargos?

E eu vos esclarecerei: não veio porque todas as disposições transitórias, que constam da lei que criou o Quadro do Magistério, foram distribuídas entre Deputados "cupinchas" da Secretaria da Educação, para que eles viessem fazer média com os professores então enquadrados.

E o que ocorre, Srs. Deputados, é que o Deputado que havia se responsabilizado em resolver o enquadramento desses Srs. Orientadores Educacionais, no momento decisivo, esqueceu da mensagem, simplesmente, esqueceu de apresentar emenda.

E há um ano, esses Orientadores Educacionais estão sem enquadramento correto.

Aproximaram-se as eleições. E no Paraná se montou a célebre "operação pente fino", como é conhecida entre os professores que têm vergonha na cara.

E no que consistiu a "operação pente fino?"

Essa operação, consistiu em pegar homens da Secretaria da Educação e mandar fazer reuniões dentro dos estabelecimentos de ensino, com a exigência do aparecimento de voto ao Partido da Situação!

E essa "operação pente fino", chegou a tão baixo nível que, num dos estabelecimentos, um dos acovardados funcionários lá chegou e disse o seguinte "a política é sujeira. E como política é sujeira, vocês, professores, na boca da urna, procurem fazer sujeira mudando o nome dos candidatos dos eleitores que estão chegando".

"Operação pente fino", que, no dia 14 de novembro, quando não mais se podia fazer reuniões políticas, reuniu esses Orientadores Educacionais, no Colégio Estadual, com a promessa de que, se eles arranjassem os votos para os poderosos da ARENA e que não são os Senhores, para os candidatos queridos do Governador, eles teriam a mensagem enviada a esta Assembléia.

E hoje, quando não sabemos até como proceder, ficamos envergonhados ao saber que, infelizmente, não poderemos provar nada, porque, inclusive, participantes da "operação pente fino", de uma das maiores corrupções eleitorais deste Estado, que nos relatou o que ocorreu.

E os Senhores sabem que não poderemos provar, sob pena de levarmos as testemunhas à cadeia, porque no Brasil, quem diz a verdade vai para a cadeia!

Por isto fico bastante entristecido em ter que trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, fatos desagradáveis ocorridos com as pessoas que constituem o Magistério do nosso

Estado. E peço aos Srs. Deputados, que, ao analisarem esta emenda, o façam, como sempre o fizeram, com isenção de ânimos, pois, este Deputado não sabe se faz como os poderosos deste País que continuam pisando na Constituição, como os menos poderosos mas assim mesmo poderosos, que, pisam nas leis elaboradas por esta Casa, e, talvez, cometa uma justiça, retirando a sua emenda, porque, na verdade, não cabe culpa aos setenta e dois Orientadores Educacionais, pelos desmandos da Secretaria onde se procura, como que fiscalizando a lei, impedir que mais uma vez se pise sobre esta lei tão acaloradamente discutida nesta Assembléia mas que, tem servido, apenas, para o desrespeito daqueles que têm o poder.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o Projeto de Lei no. 201/78.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação da Mensagem no. 151/78, Projeto de lei que fixa, a partir de 1o. de janeiro de 1979, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos em comissão, e funções gratificadas do pessoal efetivo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Algumas emendas deste projeto, nós podemos analisar, como, a Emenda no. 1, que trata dos "atuais funcionários que contem com mais de trinta e cinco anos de serviço público, por ocasião da aposentadoria, terão direito a incorporar a gratificação do serviço extraordinário, se os prestaram em pelo menos trinta meses"; está devidamente justificada esta emenda, trata-se de uma emenda aditiva, não vemos qualquer objeção a esta emenda apresentada.

A Emenda no. 2, "inclua-se no artigo 6o. a simbologia de AS 5, à expressão "Chefe de Grupos Setoriais" "é uma emenda que vem corrigir os atuais Chefes de Grupos Setoriais, que estavam em situação inferior com relação a seus vencimentos; assim, passam a se enquadrar ao DAS C, com igualdade.

A Emenda no. 3, "inclua-se onde couber os atuais Inspectores Regionais de Ensino, Inspectores de 1o. e 2o. grau, que receberão vencimentos correspondentes à simbologia 2C, 3C e 4C respectivamente."

E a Emenda no. 4: que fica incluída a Simbologia Diretor da Direção e Assessoria e Assessoramentos Superiores, DAS e cria, pela Lei 6.996 de 12.04.78, os cargos adiante discriminados, assegurados direitos adquiridos de seus atuais ocupantes.

No Símbolo DAS-2 — Diretor Superintendente da SUCEPAR, Diretor Superintendente da ARH e Diretor Superintendente do Serviço de loteria.

No Símbolo DAS-4, Diretor Técnico, e Regional da SUCEPAR, e Diretor Administrativo e Gerente do Serviço de loteria.

O Símbolo DAS-5 — chefe de Gabinete do Vice-Governador, Diretor do Colégio Estadual do Paraná, Diretor da Diretoria de Assuntos Culturais da SEEC, Chefe de Centro Regional e Manutenção do DER e Assessores do Símbolo 1-C da Casa Civil com atribuições de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo e Secretário da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado.

E a Emenda no. 5: — "Suprima-se as tabelas 9 e 10 do anexo 1, com referência, à emenda apresentada na comissão em que altera o Artigo 9o.

A mensagem original: "Ficam enquadrados no Grupo Ocupacional, Série de classe" E " nos termos do Anexo 1-B e 2-B, da Lei Complementar no. 7 de 22.12.76, no Código 202, os atuais setenta e dois ocupantes do cargo de Orientador Educacional, e no Código 205 os atuais sete ocupantes do Cargo de Técnico de Educação e os atuais nove ocupantes do cargo de Assistente de Educação".

Esta mensagem foi estudada com o parecer de Comissões Técnicas, na Secretaria da Educação e da Cultura. Visa, com esse Artigo 9o., dar o atendimento às educadoras educacionais que vêm prestando serviço até agora, e, nada mais justo do que dar um atendimento a essas que estão no exercício de suas funções. Por isso, nós vamos votar de acordo com o projeto original, salvo um melhor estudo que poderá ser feito ainda, mas nesta votação de hoje, nós votaremos de acordo com o projeto original, como está em seu Artigo 9o., da Mensagem, acatando, portanto, as emendas números 1, 2, 3, 4 e 5.

Era esta a justificativa, Senhor Presidente, que eu queria fazer no encaminhamento da votação.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o Projeto de Lei no. 201/78.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar à votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas para fixar a posição da nossa bancada, em relação à emenda do Deputado Deni Schwartz. A posição da bancada está liberada. Cada Deputado votará de acordo com a sua posição pessoal. Não há questão fechada com respeito a essa emenda.

Muito obrigado, aliás, a pedido do nobre Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o Projeto de Lei 201/78, ressalvadas as emendas.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação as emendas.

Emenda da Comissão de Finanças, emenda ao Projeto de Lei no. 201/78. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência mencionasse o número das emendas, de acordo com a votação e o autor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência, atendendo à questão de ordem de Vossa Excelência, diz que as emendas são de Comissões não têm ordem e, esta Presidência anunciará a ordem nas emendas de Plenário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu requeiro a Vossa Excelência que prenuncie o nome do autor da emenda porque por ela pode-se identificar o texto da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Inclusive, esta Presidência poderá ler o conteúdo da emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Creio que não há necessidade, porque já conhecemos as emendas, têm as emendas de Comissão, é o bastante citar o autor da emenda que já saberemos do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação a Emenda da Comissão de Finanças de autoria do Sr. Presidente da Comissão, Deputado Erondy Silvério. Em votação.— **APROVADA.**

Em votação a Emenda da Comissão de Recursos Humanos de autoria do Sr. Relator, Deputado Deni Schwartz. Em votação. **REJEITADA a emenda.**

Emenda n.º 1 de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso.— Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, o Deputado Ezequias Losso tem duas emendas e tem uma das quais, eu pretendo fazer umas indagações; não a relativa à inclusão de expressões sobre a qual do art. 7o., mas, sim a que trata da incorporação de gratificação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência atenderá Vossa Excelência e fará a leitura do conteúdo das emendas de autoria do Deputado Ezequias Losso — Emenda no. 1, de Plenário; de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso:— Acrescente-se onde convier artigo — os atuais funcionários que contem com mais de 35 anos de serviço público por ocasião da aposentadoria, terão direito a incorporar a gratificação por serviços extraordinários se os prestarem em, pelo menos, 30 meses.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nós aprovamos, nesta Casa, um texto parecido com este; entretanto, eu não me lembro se foi, qual o ano que aprovamos, 76, 75, mas foi, mais ou menos, baseado no mesmo espírito, entretanto, este artigo que se pretende mudar, ou que se pretende incluir, ou alterar o Estatuto do Funcionário Público Civil do Estado, ele, naquela oportunidade, se aprovou um artigo em que se dizia que esta incorporação era feita através de serviços prestados continuamente, ou ininterruptamente, pelo lapso de tempo de três anos, ou cinco anos alternados. Aqui, neste projeto, poderá criar um conflito de interpretação na aplicação do texto, se for aprovado. E eu quero, através deste encaminhamento de votação Sr. Presidente, fazer esta indagação porque não vem aqui expressa na justificativa nenhuma explicação, nenhuma maneira de se conduzir a aprovação ou de se levar o processo legislativo relativamente a esta emenda, desta lei que se está votando.

Por esta razão, eu fico em dúvida da forma da aplicabilidade e se não vai criar conflito, inclusive em outros dispositivos do Estatuto do Funcionário Público do Estado.

Quero crer que o Deputado teve o cuidado de examinar, entretanto, eu não sou obrigado a saber se foi feita esta pesquisa para evitar-se um problema de ordem interpretativa dos estatutos.

E mais, Sr. Presidente, aqui ela diz o seguinte: a incorporar a gratificação por serviços extraordinários, se os prestarem em pelo menos trinta meses. Não fala se é contínuo ou alternado, não diz nada. Eu penso que precisa, no meu modo de ver, eu penso que precisaria ter um critério, porque não é justo que o legislador ou pelo menos quando se elaborou aquela emenda e foi aprovada e está em vigor, teve-se um critério, inclusive foi tratada a nível de lideranças, foi exaustivamente debatida esta matéria. E esta, apesar de se tratar de uma modificação do estatuto do funcionário público, eu não sei se não vem criar um conflito nas leis em vigor.

Era esta a colocação que eu queria fazer e até me permitia a solicitar do Deputado proponente da emenda, um esclarecimento para que eu possa votar. Estou de acordo que o funcionalismo precisa de um respaldo para melhorar a sua saída, a sua aposentadoria com maior brevidade possível. Mas eu precisava me convencer de que nós precisamos votar esta emenda.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação a emenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino tem razão e creio que aí

cabe uma emenda corretiva e que o nobre Deputado autor poderá fazê-lo, o Deputado Ezequias Losso, corretiva ou modificativa seria a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, autor da emenda.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, indiscutivelmente, a classe dos funcionários públicos tem sido muito importante para o bom desenvolvimento das atividades do Estado. E encontramos um elevado número de servidores, já com avançada idade, cumprindo com o seu dever de atender as necessidades dos expedientes das diversas Secretarias de Estado, que cotidianamente estão atendendo as partes que ali chegam com a máxima consideração.

Alguns já ultrapassaram os 35 anos de serviço público, que lhes garantem a aposentadoria por tempo de serviço. Entretanto, permanecem ainda em seus postos, para não perderem o pequeno adicional que lhes é concedido por estarem em atividade, relativo a serviços extraordinários. Pretende a emenda, nesta oportunidade que o funcionalismo de um modo geral, está sendo devidamente reconhecido, dá uma oportunidade a estes que cumpriram com a sua parte.

Na discussão, Sua Excelência o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, indagou da legalidade, tendo em vista o Preceito do Estatuto dos Funcionários Públicos. Realmente, o assunto foi estudado, o Estatuto dos Funcionários Públicos, se refere à classe de um modo geral, e este artigo se incluído, irá se referir especificamente, aos funcionários que tiverem mais 35 anos de serviço público, e apenas a estes, os que se aposentarem, com base no Preceito, se aprovado, terão suas garantias para o futuro; os demais, somente se outra lei surgir, se outra oportunidade surgir.

Portanto, seria um prêmio atual, aos funcionários atuais com mais de 35 anos de serviço público. Portanto, não haverá alteração ao Estatuto dos Funcionários Públicos, mas é apenas uma ressalva para alcançar a estes que atualmente têm mais de 35 anos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se isso é alteração do Texto do Funcionário Público, como é que não tem alteração?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Nobre Deputado, o Estatuto dos Funcionários Públicos, se refere aos funcionários de um modo geral.

O Sr. Fidelcino Tolentino — E para quem é esta lei então?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Esta lei é para os funcionários que contem atualmente com mais de 35 anos de serviço público.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Ficam três critérios no Estatuto, poderia ser de 36 meses, que unificaria, para esses de mais de 35 anos, se poderia colocar 36 meses, para estabelecer um critério de equidade pelo menos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas, nobre Deputado, o Estatuto dos Funcionários Públicos quando foi aprovado, há vários anos atrás...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Mas eu falo é da emenda, que inclusive, sou um dos autores dessa emenda que consignou nos Estatutos, que introduziu nos Estatutos este princípio, este princípio da incorporação com base neste tempo, três contínuos e cinco interruptos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas existem diversos preceitos...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu votarei favoravelmente, eu só quero discutir a matéria.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Várias leis que são constantemente aprovadas por este Legislativo, que não necessitam alterar o Estatuto dos Funcionários Públicos, inclusive, a formidável Lei Mineira, que recentemente foi aprovada por esta Casa de Leis, que estabeleceu um critério especial de aposentadoria para os atuais funcionários, sem a necessidade de mexer no critério geral do Estatuto dos Funcionários Públicos, portanto,

é perfeitamente possível através de uma Lei Ordinária, estabelecer condições para uma determinada situação.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado, haverá modificações do Estatuto e Vossa Excelência levantou o problema de legalidade, que eu não indaguei, nem de legitimidade tão pouco, que seria indagável neste momento. Entretanto, o problema do processo legislativo, não indaguei sobre isso, eu só quis indagar do mérito, Deputado, só.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mas, nobre Deputado, alterar o Estatuto dos Funcionários Públicos, apenas para definir a situação de um grupo, dentro de uma classe, não seria a melhor técnica. Porque o Estatuto se refere à classe de um modo geral.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu não indago disso, Deputado, eu só queria saber se não conflita com outros dispositivos do Estatuto. A minha sugestão a Vossa Excelência, que eu já disse e reforço, votarei pelo princípio da emenda, não seria mais adequado ao invés de 30 meses, 36, para se ajustar aquele critério já adotado pelo Estatuto, mais seis meses. Porque aí nesses de mais de 35 anos, em quaisquer hipóteses, tendo prestado contínua ou interruptamente esses 36 meses, será aprovado. Mas, se com um critério só de três anos, para um e outro caso, com a distinção de que quem tem mais de 35 anos, pega de qualquer forma, esta aposentadoria, este é um princípio para não fugir da norma geral, do critério geral, estabelecido no Estatuto.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Nobre Deputado, eu acredito que se faria talvez, uma melhor justiça então, aproveitando inclusive a sugestão de Vossa Excelência, se colocássemos uma emenda até 24 meses consecutivos ou 36 meses alternados, para que estes que já estão com mais de 35 anos, Deputado, note, mais de 35 anos.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Com esta outra emenda, não vou concordar. Eu concordo em que Vossa Excelência estabeleça em quaisquer circunstâncias, tendo 36 meses, ficariam três degraus no Estatuto, quem tem mais de 35 anos, fica com 36 meses, quem tem menos de 35 anos, poderá aproveitar os três contínuos, ou cinco alternados, esta é a minha proposição, sugestão até, que quer me parecer, humildemente, de bom senso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Neste caso, nobre Deputado, faria uma indagação a Vossa Excelência, seriam alcançados também aqueles que alternadamente...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Todos eles, porque a emenda de Vossa Excelência não fala se é alternada ou continuamente. Então, ficaria 36 meses nos dois casos para quem tem mais de 35 anos, alternaria, neste caso, já que me satisfaz a emenda, não só a mim, mas vejo que é eminentemente justa, com a colocação de, ao invés de 30, 36 meses, porque nós teríamos, num Estatuto de Funcionário Público, 3 escalões de tempo. Um, de 5 anos. Outro, de 3 anos, Entretanto, com mais de 35 anos, pode ser alternado ou não, para aposentadoria.

Vossa Excelência percebe o sentido do que estou expondo?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Compreendi, nobre Deputado, e acredito que não haverá inconveniente algum. Podem ser colocados 36 meses.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Então, está aqui a emenda, se Vossa Excelência permite, eu coloco aqui 36 meses, a minha assessoria me acode neste momento e eu ofereço a Vossa Excelência, aqui, esta sugestão.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Eu estou de acordo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu estou de acordo também.

(É Encaminhada à Mesa a seguinte emenda)

SUBEMENDA No. 1 DE PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei no. 201/78

Acrescente-se à Emenda no. 1, as expressões "36 meses sem prejuízo do disposto na Lei no. 6794, de 08 de junho de 1976".

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio — EZEQUIAS LOSSO

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Em votação a Emenda no. 1, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda no. 2, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda no. 3, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda no. 4, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo. — Em votação. — **Aprovada.**

Em votação a Emenda no. 5, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. — **Aprovada.**

Em votação a Subemenda no. 1, à Emenda no. 1, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

(Lê a emenda) Aprovada a Subemenda.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Srs. Deputados que aprovam a Subemenda à Emenda no. 1, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, queiram se levantar. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam a Subemenda à Emenda no. 1, queiram se levantar. — (Pausa) — **Aprovada.**

Emenda no. 6, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda no. 7, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda no. 8, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda no. 9, de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. Em votação. — **Aprovada.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 110/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/78, ex-Proposição no. 157/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação e Cultura, objetivando o desenvolvimento de cursos profissionais nível de 1o. grau, conforme especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 111/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/78, ex-Proposição no. 160/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Instituto Nacional do Livro - MEC, objetivando finalidade que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 198/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 148/78, que objetiva estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura", Código TC-1500, fixando novos vencimentos aos cargos das várias carreiras que compõem o referido Grupo Ocupacional. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., com Emendas da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No. 198/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — O Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura - TC - 1500, deixa de pertencer à sistemática constante da Lei no. 5978, de 01 de agosto de 1969, passando a ser regida na forma prevista nesta lei.

Art. 2o. — A estrutura das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei, incluídos os cargos das autar-

quias, fica assim estabelecida:

CARREIRA	Classe	No. de Cargos
Engenheiro Civil	1a.	15
Engenheiro Civil	2a.	22
Engenheiro Civil	3a.	30
Engenheiro Civil	4a.	39
Engenheiro Civil	5a.	47
Engenheiro Químico	1a.	3
Engenheiro Químico	2a.	4
Engenheiro Químico	3a.	6
Engenheiro Químico	4a.	7
Engenheiro Químico	5a.	9
Engenheiro Florestal	1a.	1
Engenheiro Florestal	2a.	1
Engenheiro Florestal	3a.	1
Engenheiro Florestal	4a.	1
Engenheiro Florestal	5a.	1
Engenheiro Mecânico	1a.	1
Engenheiro Mecânico	2a.	1
Engenheiro Mecânico	3a.	1
Engenheiro Mecânico	4a.	1
Engenheiro Mecânico	5a.	1
Engenheiro Eletricista	1a.	1
Engenheiro Eletricista	2a.	1
Engenheiro Eletricista	3a.	1
Engenheiro Eletricista	4a.	1
Engenheiro Eletricista	5a.	1
Arquiteto	1a.	1
Arquiteto	2a.	1
Arquiteto	3a.	1
Arquiteto	4a.	1
Arquiteto	5a.	1
Engenheiro Agrônomo	2a.	6
Engenheiro Agrônomo	3a.	9
Engenheiro Agrônomo	4a.	12
Engenheiro Agrônomo	5a.	14
Engenheiro Agrônomo	6a.	18

Art. 3o. — Os ocupantes dos cargos das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura ficam sujeitos a uma jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, em dois turnos diários.

Parágrafo único - Os funcionários enquadrados nos termos desta lei ficam impedidos da percepção das gratificações de que tratam os incisos II, III, VIII e X, do artigo 172, da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, sendo-lhes igualmente, proibido o exercício de qualquer atividade de natureza particular.

Art. 4o. — Ficam fixados em Cr\$ 20.280,00, em Cr\$ 18.252,00, em Cr\$ 16.426,00, em Cr\$ 14.783,00, em Cr\$ 13.140,00, em Cr\$ 11.826,00, os vencimentos respectivamente, das 1a., 2a., 3a., 4a., 5a. e 6a. classes das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de que trata esta lei.

Art. 5o. — Os ocupantes efetivos de níveis 25, 26 e 27, das carreiras transformadas na forma do artigo 2o. da presente lei, ficam enquadrados na 6a., 5a. e 4a. classes, respectivamente.

Art. 6o. — No prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término do prazo de opção previsto no art. seguinte, o Poder Executivo, na conformidade do disposto no art. 41, da Lei no. 5978, de 1o. de agosto de 1969, baixará decreto redistribuindo os integrantes das carreiras do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, nas vagas previstas pelo critério de antigüidade

e merecimento e, aplicando, posteriormente, a esta medida de caráter especial, o instituto de promoção nos precisos termos da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 7o. — Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta lei poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, optar pelo ingresso na nova estrutura, por decreto de enquadramento, sujeitando-se aos impedimentos e jornada de trabalho estabelecidos.

Parágrafo único — Os que não optarem, permanecerão na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro Único do Pessoal Civil do Estado, cujos cargos serão extintos quando vagarem.

Art. 8o. — Os atuais cargos vagos do Grupo Ocupacional de que trata a presente lei, bem como os que vagarem em decorrência das disposições dos arts. 2o. e 5o., ficam automaticamente extintos.

Art. 9o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1978.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 198/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei no. 198/78, tem por finalidade estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura", fixando vencimentos e dá outras providências.

Analisando-se o aspecto constitucional e legal da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, constitucionalmente, a competência para a proposta legislativa da proposição está prevista no Art. 47 e incisos da Constituição Estadual, quando define as competências do Chefe do Poder Executivo.

Quanto aos aspectos legais e formais do projeto de lei, é de ressaltar que a detalhada exposição de motivos que o acompanha, nos convence da sua legalidade e oportunidade, deixando-se porém, para um melhor exame sobre o mérito da matéria, para a douda Comissão de Recursos Humanos.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, já que não existe óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda ao Projeto de Lei no. 198/78

Substitua-se no art. 2o., as classes de "2a. a 6a." por "1a. a 5a.", dos Engenheiros Agrônomos.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO

Apoio: Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Jorge Sato, Werner Wanderer, Maurício Fruet e Fabiano Braga Côrtes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Emenda ao Projeto de Lei no. 198/78

Acrescente-se onde couber:

"Art ... — Os proventos de inatividade dos ocupantes dos cargos das carreiras integrantes do Grupo Ocupacional de Engenharia e Arquitetura, aposentados nos níveis 25, 26 e 27, ou correspondentes aos atuais 25, 26 e 27, serão reajustados "ex-officio", na base dos vencimentos correspondentes à 5a. classe para os níveis 25 e 26 e 4a. Classe para o nível 27".

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978.

(a) Paulo Camargo, Presidente.

Apoio: Fabiano Braga Côrtes, Muggiati Filho, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ezequias Losso, Augusto Carneiro e Gilberto Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, para que seja solicitado junto à Comissão de Constituição e Justiça deste Poder Legislativo, Emenda ao Anteprojeto de Lei, constante da Mensagem 148/78, oriunda do Poder Executivo, no sentido de que a Classe dos Engenheiros Agrônomos, sejam enquadrados em classes de 1a. e 5a. categorias, dando a eles o mesmo tratamento profissional dado às demais categorias de Engenheiros constantes no referido Anteprojeto de Lei.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

Apoio: de diversos Srs. Deputados.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 198/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei no. 198/78, tem por finalidade estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura" conforme especifica e dá outras providências.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente analisado pela douda Comissão de Constituição e Justiça, através do seu Parecer Favorável, com Emendas.

Verificando-se a natureza financeira da proposição, temos que o Orçamento Geral do Estado possui elasticidade nas suas dotações orçamentárias, referentes a Pessoal, o que possibilita perfeitamente o atendimento previsto pelo projeto de lei.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, com as Emendas apresentadas na douda Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei no. 198/78

O presente Projeto de Lei no. 198/78, originário de Mensagem Governamental, tem por finalidade estabelecer nova sistemática para o Grupo Ocupacional "Engenharia e Arquitetura" conforme especifica e dá outras providências.

O aspecto legal, constitucional e financeiro da matéria já foi devidamente analisado, com os pareceres Favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, com Emendas.

Chamada a opinar sobre o aspecto dos recursos humanos, que visa atender a proposição, temos que o mesmo se coaduna com a sistemática que vem sendo imprimida pela Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, valorizando carreiras integrantes de níveis superior, fazendo com que haja melhor retribuição do Estado, àqueles que dentro da Administração Pública empregam a sua profissão em prol do desenvolvimento paraense.

Nestas condições, estão atendidos os aspectos a que somos chamados a opinar, manifestando-nos favoravelmente à sua Aprovação com as emendas apresentadas pela CCJ, e com a que nesta oportunidade apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1978.

(a) Wilson Fortes, Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei no. 198/78

Emenda Supressiva

Suprima-se no Parágrafo único - "in-fine", do Art. 3o. as expressões: "Sendo-lhes igualmente, proibido o exercício de qualquer atividade de natureza particular."

Sala das Comissões, em 18 de dezembro de 1978.

(a) Wilson Fortes, Presidente e Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 204/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 154/78, que dispõe sobre abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinados a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI No. 204/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei no. 6639, de 29 de novembro de 1974, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE:	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
FUNÇÃO:	DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA:	PROGRAMAS INTEGRADOS
SUBPROGRAMA:	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
ATIVIDADE:	ATENDIMENTO A PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS
DOTAÇÃO:	2301.07401832.335
3.0.0.0 —	DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 —	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0 —	SUBVENÇÕES SOCIAIS

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR Cr\$ 2.000.000,00

Art. 2o. — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06 de dezembro de 1978.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei no. 204/78

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei visa destinar verba para o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, criado pela Lei no. 6639, de 29/11/74, na forma que especifica.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional da matéria a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a proposição não encontra óbice algum que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei no. 204/78.

O presente Projeto de Lei no. 204/78, oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar a abertura de um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, no valor que especifica, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

O aspecto legal e constitucional da matéria foi devidamente apreciado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer constante do processo, opinando favoravelmente à sua aprovação.

Analisando-se o aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão de Finanças, temos que a previsão orçamentária se encontra perfeitamente definida, não havendo portanto

qualquer óbice que possa impedir financeiramente a sua aprovação.

Com isso o nosso parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1978.

(a) Erondy Silvério, Presidente e Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 290/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 31/78, ex-Proposição no. 175/78, aprova convênio de auxílio e cooperação entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de ANTÔNIO OLINTO, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 321/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 87/78, ex-Proposição no. 360/78, aprova convênio no. 07/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Projeto Rondon, com interveniência da Secretaria do Planejamento, objetivando mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesses do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 323/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 89/78, ex-Proposição no. 362/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior com a interveniência da SUDESUL objetivando concessão de auxílio financeiro ao Estado, para aplicação em ações de emergências destinadas a minorar os efeitos da estiagem. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 354/78, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 143/78, ex-Proposição no. 434/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Laranjeiras do Sul e Catanduvas, com interveniência de órgãos que especifica, objetivando execução de obras e serviços de emergência destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Lulu, ocorrido na cidade de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja determinado o retorno do Projeto de Lei no. 95/77, à Comissão de Constituição e Justiça, para reexame da matéria nele contida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento feito pelo General Ayrton Pereira Tourinho, em Brasília, quando deixou a Chefia do DEC e foi transferido para a reserva. — **Aprovado. (A matéria achase publicada no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, com o apoio dos Srs. Deputados Nilso Sguarezzi e Luiz Roberto Soares, respectivamente Líderes do MDB e ARENA, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Diário Popular", desta Capital, que em sua edição especial do último dia 19, na promoção dos Destaques do Ano de 1978, escolheu o funcionário Fausto Luiz Abry, atual Diretor Geral deste Poder, como "Servidor do Ano". — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já marcada anteriormente.

Marcando ainda, uma sessão extraordinária para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 189/78, 190/78, 196/78, 199/78, 200/78, 201/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 110/78 e 111/78.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 198/78 e 204/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 290/78, 321/78, 354/78 e 323/78.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.ºs 202/78
Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Domício Scaramella, em sessão do dia 21 de dezembro de 1978.

TOURINHO É PELA DEMOCRACIA

"A democracia, já se tem repetido, pode não ser o regime ideal, porém, é o melhor que já se exercitou". A afirmativa é do general Ayrton Pereira Tourinho, ontem, em Brasília, durante a cerimônia de sua despedida do Exército — já que completou doze anos de generalato, passando para a reserva. Acrescentou que a democracia, "sendo um estado de espírito, tanto quanto um regime político, exige naturalmente que seja praticada, que seja realmente vivida em todas as oportunidades e por todas as pessoas". Tourinho afirmou que a Revolução já durou o tempo suficiente "para que os militares se retirassem" e manifestou sua confiança na redemocratização e ceticismo na resistência que porventura pudesse surgir dentro do Exército à abertura democrática. Ainda em seu discurso de despedida, o general Ayrton Pereira Tourinho criticou a diferença de qualidade de vida entre os brasileiros, "quando ainda há muitos ganhando tão pouco e tão poucos ganhando muito". Para ele, este fator deverá ser motivo de preocupação por parte dos militares, "não só porque agride o sentimento de fraternidade, mas também porque é fato gerador de tensões sociais". Tourinho deixou a chefia do Departamento de Engenharia e Comunicações ao general José Ferraz da Rocha".

BRASÍLIA (AJB — O ESTADO) — A diferença de qualidade de vida entre brasileiros, "quando ainda há muitos ganhando tão pouco e tão poucos ganhando muito" foi ontem criticada pelo general Ayrton Pereira Tourinho, que assinalou ainda que o assunto deve ser motivo de preocupação por parte dos militares, "não só porque agride o sentimento de fraternidade, mas também porque é fato gerador de tensões sociais, de bem fácil aproveitamento pelos inevitáveis manipuladores de aspectos negativos".

O general Ayrton Tourinho, que se despediu ontem do Exército e passou a chefia do Departamento de Engenharia e

Comunicações ao general José Ferraz da Rocha, preconizou ainda um regime de democracia plena para o País, ressaltando que isto vem sendo feito, com firmeza e gradualmente, pelo governo. "A democracia — observou — já se tem repetido, pode não ser o regime ideal, porém é o melhor que já se exercitou".

A despedida do general Ayrton Tourinho, ex-chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações, realizou-se ontem no Quartel-General e foi dividida em três partes, devido a pouca disponibilidade de tempo por parte do ministro do Exército. Inicialmente, em cerimônia interna, Tourinho — que completou 12 anos de generalato, caindo na reserva — teve seu retrato inaugurado na galeria de ex-chefe do Departamento que dirigiu no ano de 78. O ministro não pôde comparecer, pois neste momento encontrava-se no Palácio do Planalto assistindo a posse do general José Maria de Andrada Serpa a frente do EMFA. Às 10h30min, apesar do tempo chuvoso, o general Tourinho foi homenageado com um desfile militar, no pátio defronte ao Quartel-General, fazendo questão de passar a tropa em revista a pé. Finalmente, encerrando o ciclo de homenagens, o oficial transferiu o cargo que exercia, a chefia do DEC, ao general José Ferraz, recebendo do ministro um longo elogio e uma bandeja de prata. Depois disso, Tourinho pronunciou um discurso de agradecimento, na presença dos generais do STM, dos integrantes do Alto Comando e oficiais do QG.

Depois de lembrar várias passagens de sua vida militar, ressaltando algumas consideradas mais marcantes, tais como a inauguração da Ferrovia do Trigo, ocorrida recentemente e cuja construção esteve a cargo de batalhões de engenharia, o general Tourinho mostrou confiança no "destino grandioso" do Brasil, "impulsionado pelas inegáveis realizações da Revolução de 1964, que — conforme suas palavras — transmutou a imagem daquele País subdesenvolvido, elevando-o no conceito das nações ao "status" de "potência emergente".

Embora reconhecendo o muito que ele fez e "apesar dos esforços do governo" em minimizar as diferenças de qualidade de vida entre os brasileiros, o general Ayrton Tourinho admitiu a persistência de sérios problemas opondo-se a consecução do que chamou de "o bem comum".

Defendendo a democracia plena, para o Brasil, o militar deu seu parecer sobre o assunto: "Mas, (a democracia) sendo um estado de espírito, tanto quanto um regime político, exige naturalmente que seja praticada, que seja realmente vivida em todas as oportunidades e por todas as pessoas: sobretudo exige que haja geral entendimento, compreensão e desprendimento".

Após o discurso o general foi cumprimentado por todos os oficiais presentes e, falando aos jornalistas, reafirmou os princípios defendidos no discurso e disse que a Revolução já tinha durado 14 anos, tempo suficiente para que os militares se retirassem. Manifestou também confiança na redemocratização e ceticismo na resistência que porventura pode se surgir dentro do Exército à abertura democrática.

Em documento de cinco páginas, o general Tourinho foi elogiado pelo ministro do Exército, dentro da tradição existente dentro da força e como parte das solenidades de despedida de oficial-general que passa para a reserva.